

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- PINSKY, Jaime. NADAI, Elza. MICELLI, Paulo. O Ensino de História e a criação de fato. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA, Marco A. Repensando a História. 5ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- CABRINI, Conceição [et al.]. O Ensino de História: revisão urgente. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens vivem e participam de um tempo de múltiplos acontecimentos que precisam ser compreendidos na sua historicidade. No entanto, a compreensão da historicidade dos acontecimentos tem sido dificultada não só pela sua quantidade e variedade, mas também pela velocidade com que se propagam por meio das tecnologias da informação e da comunicação.

Auxiliar os jovens a construir o sentido do estudo da história constitui, pois, um desafio que requer ações educativas articuladas. Trata-se de lhes oferecer um contraponto que permita ressignificar suas experiências no contexto e na duração histórica da qual fazem parte e também apresentar os instrumentos cognitivos que os auxiliem a transformar os acontecimentos contemporâneos e aqueles do passado em problemas históricos a serem estudados e investigados.

Acreditamos ter alcançado o objetivo de nossas reflexões a respeito da busca de uma melhoria na qualidade do ensino de história, qual seja, buscar argumentos que justificassem uma prática histórica mais produtiva e, assim, contribuir para a formação e crescimento de tantos estudantes brasileiros.

O desenvolvimento de um conjunto de valores e atitudes condizentes com o exercício da cidadania plena e da democracia passa necessariamente pela percepção de que as formações sociais são resultados de várias culturas diferentes e da importância de perceber e respeitar as diversidades culturais como manifestações desses grupos sociais com culturas específicas e por vezes conflitantes.

A sociedade atual encontra-se em profunda crise que nos remete a pensar nossos valores e atitudes. Nesse contexto incerto, o papel do professor é fundamental, por isso novos recursos e atitudes didático-pedagógicos necessitam ser pensados.

O professor pode de História ascender à sociedade usando o ensino como instrumento de luta e transformação social, levando os alunos a uma consciência crítica que supere o senso comum para que possam não somente ver os acontecimentos, mas enxergá-los de maneira mais crítica e reflexiva que permita que estes alunos possam crescer.

Nessa perspectiva, entende-se que as crianças, de posse de um saber mais elaborado, poderão ter condições de se protegerem contra a opressão e a exploração das classes dominantes, organizando-se para a construção de uma sociedade melhor, menos excludente e mais democrática e humana, tornando o mundo um lugar melhor.

Não se pode esperar que uma sociedade mais justa brote naturalmente, mas por meio da educação que caminhe com a prática política do povo. Sendo assim, o professor-historiador assume um papel, sobretudo político e social. Professores e professoras precisam encorajar-se social e politicamente, percebendo as possibilidades da ação social e cultural, na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade brasileira. Para isso, é necessário que conheçam a sociedade em que vivem e atuam em nível social, econômico e cultural de seus alunos e alunas para poderem prosperar.

posicionamentos na disputa por seu lugar no imaginário social das sociedades, dos grupos sociais e de povos.

A cultura, que confere identidade aos grupos sociais, não pode ser considerada produto puro ou estável. As culturas são híbridas e resultam de trocas e de relações entre os grupos humanos. Dessa forma, podem impor padrões uns sobre os outros, ou também receber influências, constituindo processos de apropriações de significados e práticas que contém elementos de acomodação-resistência.

Todas essas categorias acima descritas de forma analítica e concisa precisam ser trabalhadas didaticamente e aplicadas na prática pedagógica de modo que, em conjunto, tornem possível aos alunos experienciar a história de maneira mais profunda e produtiva. A elaboração e condução das atividades didáticas devem levar em conta a necessidade de problematizar a relação entre o conhecimento prévio dos alunos e os conhecimentos históricos.

A importância de tomar os conhecimentos prévios dos alunos como referência para adequar o planejamento e as intervenções didáticas são imprescindíveis para a prática pedagógica interdisciplinar, na qual o docente é o mediador dos processos de conhecimento construídos pelo aluno.

Para tornar mais interessante e produtivo o ensino de história o educador deve incentivar o aluno através de materiais diferentes do livro didático e reconhecer o papel das diferentes linguagens: escrita, pictórica, fotografia, oral, eletrônica, etc. Inserir o aluno nas diferentes formas de linguagem é uma maneira de estimular sua criatividade e curiosidade, atributos essenciais para uma boa pesquisa. Deste modo, torna-se possível articular diferentes maneiras de se conhecer os conteúdos históricos e desenvolver raciocínios que escapem do senso comum e permitam produzir dentro da escola uma consciência cidadã que permitirá aos alunos terem consciência de sua historicidade e de seu lugar no mundo.

Adquirir historicidade também é uma questão perpassada pela necessidade de captar as relações de poder nas diversas instancias da sociedade, como as organizações do trabalho e as instituições da sociedade organizada – sociais, políticas, étnicas e religiosas.

A partir daí será passível de entendimento ao aluno que a cultura à qual ele pertence é um conjunto de representações sociais que emerge no cotidiano da vida social e se solidifica nas diversas organizações e instituições da sociedade.

Neste sentido é que se deve estar atento à forte presença das ideologias nos conteúdos escolares, para que o ensino não resulte limitado ou alienado em virtude das relações de poder presentes na sociedade.

O poder pode ser entendido como o complexo de relações entre sujeitos históricos nas diversas formações sociais e nas relações entre as sociedades. Articula-se com todos os conceitos presentes neste documento, pois as relações de poder permeiam o processo de construção do conhecimento histórico e são um dos fatores de significação que delimitam o que seria a consciência histórica, que marca os diversos modos de apreensão e da construção do mundo historicamente constituído e suas respectivas interpretações.

Além disso, o exercício do poder encontra-se presente nos usos sociais que se fazem da história, tanto para legitimar poderes quanto para execrar o passado de inimigos políticos, sociais ou de qualquer outra natureza.

As relações de poder são exercidas nas diversas instâncias das sociedades históricas, como as do mundo do trabalho e as das instituições como, por exemplo, as escolas, as prisões, as fábricas, entre outros, os quais se transformam na sua relação com as formações sociais historicamente constituídas.

É na inter-relação entre essas instituições (sociais, políticas, étnicas, religiosas, etc.) e nas relações de dominação, hegemonia, dependência, autonomia e independência entre elas que se torna possível a compreensão de suas construções políticas como algo próprio da formação histórica do ser humano.

Não se pode esquecer também o processo de invenção das tradições, que expressa muito bem as articulações entre mudanças e permanências no campo das relações políticas. Nesse aspecto, o conceito de poder facilita o entendimento da construção histórica do conceito de cidadania e do processo de constituição da participação política nas mais diversas instituições marcadas por consensos, tensões e conflitos revelados em toda sua historicidade.

A ampliação do conceito de cultura, fruto da aproximação da disciplina de história enriquece o âmbito das análises, caminhando de forma positiva para a abertura do campo científico da história cultural.

A cultura não é apenas o conjunto das manifestações artísticas e materiais. É também constituída pelas formas de organização do trabalho, da família, etc. As diversidades étnicas, sexuais e as demais categorias constroem representações que constituem as culturas e que se expressam em conflitos de interpretações e

temporalidades no decorrer da história e sua importância nas formas de organizações sociais e de conflitos. Sendo um produto cultural forjado pelas necessidades concretas da sociedade historicamente situadas, o tempo representa um conjunto complexo de vivências humanas. Por isso, a necessidade de relativizar as diferentes concepções de tempo e as periodizações propostas e de situar os acontecimentos históricos nos seus respectivos tempos.

É de se ressaltar a importância das periodizações, dos calendários e das contagens dos tempos como foram sendo historicamente construídos para que o aluno elabore, de forma problematizada, seus próprios pontos de referência, com marcas para as explicações de sua própria história de vida, assim como da história dos homens em geral. O tempo pode ser considerado o estruturador do pensamento e da ação humanos.

As considerações sobre a riqueza e a complexidade do conceito de tempo são imprescindíveis para que sejam evitados os anacronismos, não tão raros nas explicações históricas. O anacronismo consiste em atribuir a determinadas sociedades do passado nossos próprios sentimentos ou razões e, assim, interpretar essas ações ou aplicar critérios e conceitos que foram elaborados para uma determinada época, em circunstâncias específicas para avaliar outras épocas de características diferentes.

Conceber a história como resultado da ação de sujeitos históricos significa não compreender o desenrolar do processo como vontade de instituições tais como o Estado, os países, a escola, etc. Como resultante do jogo de categorias de análise (ou conceitos): sistemas, capitalismo, socialismo, etc. é perceber também que a trama histórica não se localiza nas ações individuais, mas no embate das relações sociais no tempo.

Perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla permite indagar qual o lugar que o indivíduo ocupa na trama da história e como são construídas as identidades pessoais e as sociais, em dimensão temporal. Os sujeitos históricos, que se configuram na inter-relação complexa, duradoura e contraditória das identidades sociais e pessoais, são os verdadeiros construtores da História.

Assim, é necessário acentuar que a trama da história não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas consequência das construções conscientes ou inconscientes, paulatinas e imperceptíveis, de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos.

A contextualização, entendida como o trabalho de atribuir sentido e significado aos temas e aos assuntos no âmbito da vida em sociedade é muito importante. Os conhecimentos produzidos pelos estudiosos da história e do ensino da história, por exemplo, são referências importantes para a construção dos conhecimentos escolares na dimensão da sala de aula. No entanto, é imprescindível que a seleção narrativa histórica consagrada pela historiografia esteja relacionada aos problemas concretos que circundam os alunos nas diversas escolas que compõem o sistema escolar.

Para adquirir significado e possibilitar impulsos criativos, além de seleção de temas e assuntos que tenham relação com ambiente social dos alunos, o trabalho pedagógico contará com atividades problematizadoras diante da realidade social. Dessa forma será possível articular os conhecimentos produzidos de acordo com o rigor analítico-científico do processo de conhecimento histórico ao trabalho pedagógico concreto em sala de aula.

A História busca explicar tanto as permanências e as regularidades das formações sociais quanto mudanças e transformações que se estabelecem no embate das ações humanas. A descrição factual e linear dos acontecimentos não leva a um conhecimento significativo. Na verdade, o passado constitui um conjunto de comportamentos intimamente interligados que tem uma razão de ser, ainda que, no mais das vezes, imperceptível aos nossos olhos. O processo histórico resulta da captação cognitiva dessas práticas, ordenadas e estruturadas de maneira racional pelos historiadores.

No entanto, embora os processos não tenham existido exatamente como descritos, eles são sedimentados na realidade social. A dimensão de elaboração no sentido de uma aquisição cognitiva em permanente construção permite entender a possibilidade das diversas interpretações do passado histórico, dependentes de posicionamentos teóricos e metodológicos diferenciados.

Assim, a história, concebida como processo, intenta aprimorar o exercício da problematização da vida social como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar relações sociais existentes; comparar problemáticas atuais e de outros momentos, posicionar-se de forma analítica e crítica diante do presente e buscar as relações possíveis com o passado.

A dimensão da temporalidade é considerada uma das categorias centrais do conhecimento histórico. Considera-se fundamental levar o aluno a perceber as diversas

tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores. (LDB, artigo 22)

ou seja, o Ensino Médio deve fornecer uma educação de qualidade para que também o Ensino Superior possa se desenvolver de maneira mais fluente pois, se um aluno chega à faculdade dotado de uma percepção mais aguda do mundo e liberto das idéias do senso comum, isso contribuirá para sua formação, bem como para o crescimento intelectual da comunidade acadêmica.

A nova identidade atribuída ao Ensino Médio define-o, portanto, como uma etapa conclusiva da educação básica para a população estudantil. O objetivo é o de preparar o educando para a vida, para o exercício da cidadania, para sua inserção qualificada no mundo do trabalho, e capacita-lo para o aprendizado permanente e autônomo, não se restringindo a prepará-lo para outra etapa escolar ou para o exercício profissional.

Dessa forma, o ensino de história, articulando-se com o das outras disciplinas, busca oferecer aos alunos possibilidade de desenvolver competências que os instrumentalizem a refletir sobre si mesmos, a se inserir e a participar ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho.

Procura-se, portanto, contribuir para que a disparidade e as tensões existentes entre os objetivos que visam a preparação para o vestibular, a preparação para o trabalho e a formação da cidadania possam ser atenuadas. Pretende-se que o ensino médio atinja um grau de qualidade em que o aluno dele egresso tenha todas as condições para enfrentar a continuidade dos estudos no ensino superior e para se posicionar na escolha das profissões que melhor se coadunem com suas possibilidades e habilidades.

O princípio pedagógico da interdisciplinaridade é aqui entendido especificamente como a prática docente que visa ao desenvolvimento de competências e habilidades, à necessária e efetiva associação entre ensino e pesquisa, ao trabalho como diferentes fontes e diferentes linguagens, à suposição de que são possíveis diferentes interpretações sobre temas e assuntos. Em última análise, o que está em jogo é a formação do cidadão por meio do complexo jogo dos exercícios de conhecimento e não apenas a transmissão e aquisição de informações e conquistas de cada uma das disciplinas consideradas isoladamente.

estrutura, não tem acesso a nada além do livro didático que assume a função de informar não apenas os alunos, mas também o professor.

Dessa maneira, o trabalho do professor tem se transformado num reforço das idéias contidas no livro didático adotado, que é visto pelos alunos como única fonte digna de confiança. Contudo, gradualmente, é possível perceber mudanças no sentido de melhorar a qualidade do ensino de história tornando-o uma experiência enriquecedora e estimulante.

Os professores de História devem reorganizar novas maneiras de se estudar a história e ensinar, fazendo com que o aluno não complete o edifício do conhecimento como algo já pronto, mas sim ensinar-lhes a construir seu próprio edifício.

Ensinar a construir o próprio ponto de vista, significa colaborar para que o aluno construa conceitos e aplique-os nas situações do cotidiano, significa ensinar a solucionar, relacionar, interpretar as informações sobre o momento estudado para se chegar a um maior nível de entendimento do mundo. Significa por fim, dar-lhes condições para que possam perceber-se o máximo possível como cidadãos detentores de direitos e deveres membros de uma sociedade.

A comunicação em sala de aula não deve apenas reproduzir expressões ou ideologias, mas sim técnicas que proporcionem aos alunos a possibilidade de se perceberem enquanto indivíduos pensantes capazes produzir e questionar.

A questão dos elementos ideológicos deve ser dissecada pelo professor. O educador de ter a audácia e a coragem de analisar junto com seus alunos os mínimos detalhes da conjuntura ideológica que lhes é imposta e transmitida através do livro didático; esta pode ser uma tarefa divertida no sentido de auxiliar o aluno a enxergar a si mesmo enquanto produto de convenções sociais e, principalmente, fazê-lo adquirir uma postura diante da percepção do tipo ideológico que lhe é determinado.

É inviável tornar o ensino de história um instrumento de conscientização do indivíduo diante da sociedade se não se levar em conta os conteúdos e práticas do ensino da história que interessam à estrutura de poder existente na sociedade brasileira, se não se leva em conta a natureza de classe do ensino.

Segundo a LDB, artigo 22, o papel que ocupa a disciplina história no contexto do Ensino Médio:

Dessa forma devem também conscientizar o aluno da relativização do saber. Por isso, os professores não podem se colocar na posição de seres superiores, que transmitem o conhecimento a um grupo de ignorantes, mas sim adotar uma postura humilde, daqueles que comunicam um saber relativo a outros que são portadores de outros saberes relativos.

A soma desses saberes, por sua vez, não será uma verdade estabelecida, mas sim apenas a conjugação de vários pontos de vista possíveis que têm pontos comuns entre si. O saber histórico, como todos os outros, se alimenta da curiosidade humana e por isso está em constante construção. É função do professor jamais deixar que suas aulas entrem no marasmo das opiniões prontas e engessadas; ele deve estar sempre confrontando a produção de seus alunos com outras e diferenciadas fontes de informação para que, afinal, os educandos entendam que o processo de conhecimento é ininterrupto e que, a partir da pesquisa e análise podemos tanto reafirmar quanto mudar de posturas com relação a um determinado assunto.

A popularização do saber histórico através do livro didático deve ser feita de modo responsável, uma vez que este é resultado de forças sociais e, na maioria dos casos, representante de interesses presentes nas relações políticas e de poder que moldam a realidade na qual está inserido o aluno. Deste modo, a escolha de um bom livro didático é imprescindível, pois, como nos informa Abud:

O livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico e constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola. (ABUD, 1994)

É claro que na atualidade a escola está em contato muito maior com as novas tecnologias, principalmente com a internet; porém, em muitos casos, a única fonte de que os alunos dispõem para desenvolver seu pensamento é a escola, pois em seu cotidiano não possuem acesso a outras fontes de informação. É por esta razão que é importante frisar a responsabilidade dos educadores sobre a informação que será absorvida e processada por seus alunos.

O professor tem como obrigação estar sempre atualizado e bem informado sobre o que acontece no mundo para poder enriquecer suas aulas. Infelizmente, não é essa a realidade de grande parte das escolas do país que, nas regiões com menor infra-

torno de si e do mundo. Além disso, é tarefa da escola legitimar o trabalho coletivo por meio das experiências sociais, políticas, religiosas e culturais.

O professor deve instigar seus alunos à reflexão acerca das experiências humanas e, dessa forma, propiciar posturas investigativas do conhecimento histórico, hábitos de interpretação por meio da leitura e produção de textos. Para isso, é importante o trabalho com textos jornalísticos, entrevistas, documentos em geral, entre outros, enfim, o educador deve extrapolar as suas fontes escritas e não se restringir apenas ao livro didático. Bittencourt afirma que:

“Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem.”
(BITTENCOURT, 2004)

Portanto, extrapolar a mera utilização do livro didático indicado pela escola ou pelo governo federal – prática que não deixa de ser uma imposição ideológica aos educandos – é de suma importância pois, assim, abre-se espaço para uma enormidade de interpretações a partir da visualização de novas perspectivas sobre o conteúdo que abrem espaço para que o aluno se interesse por debater os temas e confrontar a medida de sua validade. Explorar diferentes tipos de textos também permite ao educador que possa aproximar o conteúdo da realidade social do país, vivenciada por seus alunos.

O professor de história e educador precisa levar em conta os avanços em relação tanto a uma reflexão histórica quanto às atitudes individuais dos alunos em classe. Precisa também tomar cuidado para não ceder à tentação de ir concentrando suas atenções nos alunos que demonstram uma maior facilidade para a reflexão. Ele não deve esquecer de que o objetivo último desse exercício de raciocínio histórico é despertar no aluno sua capacidade de se expressar como sujeito de sua própria reflexão.

Isso equivale a dizer ainda que o professor deve agir mais como um orientador do que como um oráculo. O seu ponto de vista não deve ser impositivo, mas sempre relativista, de modo a valorizar o que cada aluno produz e de harmonizar as opiniões em busca de pontos em comum presentes nas diferentes opiniões dos alunos.

Os professores de História, principais sujeitos informantes do processo histórico em sala de aula, devem trabalhar a partir da consciência de que não há conhecimento absoluto, pois tudo está em constante transformação.

portanto, são inúmeras as razões da urgência em se desenvolver um ensino de história moldado por objetivos mais próximos dos contextos sociais dos alunos e mais voltado para uma compreensão não do processo histórico como um todo obrigatoriamente compreensível, mas como um encadeamento de forças que perduram no tempo e cujos efeitos podem refletir na sociedade durante muitos séculos.

É desastroso o resultado desta história finalista e pautada na supremacia dos valores eurocêntricos para o ensino da história na atual conjuntura educacional brasileira. Qual seja, numa ótima sintetização deste desastroso efeito feita por Cabrini:

A permanente preocupação, por parte dos professores em passar (e mesmo esgotar) toda essa visão em sua sequência processual e, sobretudo, a agonizante necessidade de domina-la em sua extensão para poder transmiti-la – ou seja, ser capaz de mostrar aos alunos nas diferentes séries, todo o caminho da humanidade, das cavernas ao Brasil de hoje – tem gravíssimas consequências: induzem, necessariamente, a reducionismos e esquematizações que são indevidos ao raciocínio histórico, falsificando-o. (CABRINI, 1994)

O ensino de História pode ser tão interessante quanto o de qualquer outra disciplina. Porém, para isso deve-se ampliar a aplicação de didáticas nas escolas que o tornem mais liberto desses reducionismos que pretendem esgotar os conteúdos históricos e que refletem uma prática de ensino ultrapassada que vem sendo praticada há várias décadas e fazem da história um mero exercício de memorização de alguns fatos mais relevantes, datas, nomes e locais.

É claro que alguns conteúdos são imprescindíveis para uma boa compreensão de certos aspectos da atualidade. Porém, não basta apenas saber quem proclamou a República ou o nome dos líderes da Revolução Francesa.

Para uma efetiva apreensão do saber histórico, é necessário que o aluno tenha a oportunidade de refletir sobre as causas e consequências destes acontecimentos e o porquê de terem acontecido; como e por que motivos eles se justificaram em sua época e que conjuntura permitiu que seus efeitos se propagassem no tempo e se proliferassem no espaço das organizações humanas. Isto é o que seria um ensino de história verdadeiramente historicizante, que dá margem a questionamentos e a uma compreensão efetiva do processo histórico.

A função do professor de história não é apenas informar fatos fragmentados, mas fornecer subsídios para que o aluno amplie a compreensão da realidade social em

Qualquer esforço de renovação do ensino de história exige uma prática corajosa. Sem querer produzir mandamentos ou regras de conduta recomendável, parece necessário ter coragem de jogar no lixo a comodidade emburrecedora de anotações amarelecidas, repetidas dia após dia, classe após classe, ano após ano.

É necessário ter coragem de transformar em cinzas o adubo, pilhas e pilhas de livros didáticos, lidos e relidos sem nenhum estímulo de qualquer tipo. É preciso ter a ousadia de superar e ignorar programas oficiais, burlar vigilâncias, criar e aceitar novos desafios e experiências. Faz-se imprescindível lutar de todas as formas para que, na voz de seus profissionais, a história ganhe respeito e importância do aluno e, conseqüentemente, dos cidadãos do futuro.

Uma sociedade mais consciente de suas atitudes e formada por cidadãos mais reflexivos será possível de se materializar se, a partir não só do ensino de história, mas também de outras disciplinas, pudermos fazer com que a criatividade tome o espaço atualmente dominado pelo comodismo. Não há espaço nesse modo tão restrito de conceber a aprendizagem de história para consideração do aluno como agente capaz de propor questões ou dispor de conhecimento a partir de sua própria experiência social.

Marcos A. Silva refere-se a:

Uma concepção de historicidade na qual o principal nexó interpretativo se situa nos encadeamentos cronológicos, sem que seja atribuída qualquer importância aos intérpretes, às relações de poder que sustentam seu trabalho e aos problemas construídos pelo processo de conhecimento. (SILVA, 1994)

Tal concepção de historicidade prende-se exclusivamente à história de caráter finalista e generalizante, cronologicamente organizada. Esta visão não condiz com o objetivo mais eficiente do ensino de história que é o de formar discentes capacitados e pensantes enquanto sujeitos ativos e cientes das relações de poder que permeiam a realidade.

Uma história que se proponha ser 'geral' acaba tornando-se uma visão estreita e pouco condizente com uma possível verdade dos fatos, pois:

procura reconstituir uma totalidade enganosa, uma única história que se disfarça na dita "história geral", que procura dar conta de tudo o que se passou com a humanidade... Isso implica uma visão da história europocêntrica, linear, evolutiva, progressista/ etapista e mesmo finalista. (CABRINI, 1994)

O ensino de história e também de outras disciplinas, respeita a uma ordenação social vigente, ou seja, é uma reprodução dos valores sociais. A repetição de mecanismos sociais vigentes faz com que a capacidade de criticar a realidade seja aniquilada, pois ao simplesmente reproduzir idéias e conceitos, como por exemplo, no caso de alunos que não tem acesso freqüente a uma biblioteca, o aprendizado de história acaba confundindo a pesquisa de caráter crítico com a simples transcrição de fontes.

Essa confiança absoluta no livro didático ou mesmo a inabilidade de questionar o que se pesquisa numa obra faz com que a aprendizagem de história fique restrita a uma mera absorção de idéias prontas, bem aos moldes positivistas; neste caso, o livro didático seria uma fonte de verdade inquestionável.

Neste contexto, busca-se refletir a respeito da postura do educador diante da prática pedagógica com vistas a torná-la mais eficiente. Citando Marcos A. Silva, temos:

Ao ensinar História a partir da nítida divisão entre saber e não-saber, o professor estabelece como atos inaugurais de seu trabalho a exclusão do vivido, situando seu objeto num espaço diferente daquele onde está ocorrendo a relação com os alunos e centrando a experiência de aprendizagem nos atos do docente ou nas autoridades que mereceram sua sanção, livros, apostilas, documentos, etc. (SILVA, 1994.)

Deste trecho, podemos compreender que a responsabilidade sobre o bom desempenho do aluno, no sentido de aprender de forma analítica e não apenas absorver conceitos, está situada essencialmente na figura do professor.

Trazer a história para a realidade vivenciada pelo aluno é muito importante para que este possa relacionar os acontecimentos históricos com sua própria condição social, ou seja, situar-se enquanto sujeito ativo e consciente do processo histórico no qual se insere. Contudo, para isso, devemos abrir mão da relação de poder que está presente na escola no sentido de hierarquizar o conhecimento, colocando-se como verdade primordial o conteúdo do livro didático, seguido pelo professor e estando o aluno como mero receptáculo deste conhecimento.

O discente deve participar ativamente da construção do saber. Ele é a parte mais interessada e beneficiada pela condição democrática do conhecimento que deve ser estimulada pela escola na figura do educador. Com isso, integra-se o presente e o passado como um todo coerente e pleno de significados e possibilidades a serem dissecados sobre sua veracidade dentro da sala de aula.

INTRODUÇÃO

Ao direcionarmos nosso olhar para o ensino de história no Brasil, podemos observar inúmeras deficiências no que tange ao aprendizado de história enquanto instrumento formador de opinião e fomentador do bom desenvolvimento dos alunos no sentido de se tornarem cidadãos com capacidade de analisar criticamente a realidade na qual estão inseridos e também de compreender que esta é resultado de um processo histórico.

Este artigo buscar investigar entraves a este crescimento intelectual através do ensino de história e, a partir desse exercício investigativo, pensar soluções e sugerir formas de dinamizar o ensino desta disciplina.

Partimos da premissa de que o saber histórico tem que possibilitar alternativas para métodos de ensino e recursos didáticos, principalmente para valorizar o aluno enquanto sujeito ativo do processo de aprendizagem, fazendo com que as abordagens e os conteúdos escolares possam explicar as problemáticas sociais contemporâneas e as transformações históricas a elas relacionadas.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Como o Ensino de História pode despertar o sendo crítico dos alunos do Ensino Médio?.....	09
Considerações Finais	21
Referências Bibliográficas	22

O Senhor é meu Pastor e nada me faltará.
Salmo 23

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas e entidades que contribuíram para o sucesso de nossa jornada.

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus e em seguida aos nossos familiares que nos apoiaram durante nossa trajetória.

LEIDIANE CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS
WLADIMIR SILVA MACHADO

Como o Ensino de História pode despertar o sendo crítico dos alunos do Ensino Médio?

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em _____ de _____ de 2009 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Professora Especialista Helena de Fátima
Presidente

Professor Doutor Raimundo Agnelo Pessoa
Arguidor

Professor Mestre Rafael da Costa Campo
Arguidor

LEIDIANE CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS
WLADIMIR SILVA MACHADO



Como o Ensino de História pode despertar o sendo crítico dos alunos do Ensino Médio?

Trabalho apresentado ao Curso de História da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof. Esp. Helena de Fátima

36030

Rubiataba, 2009

Tombo nº	1.8465
Classif.:
Ex.:	1

Origem:	da
Data:	03-04-12

Como o Ensino de História pode despertar o sendo crítico dos alunos do Ensino Médio?

Leidiane Cristina de Oliveira Dias
Wladimir Silva Machado
Orientadora Professora: Prof. Esp. Helena de Fátima